



COMUNICAÇÃO ORAL

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA OFERTA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Elis Regina dos Santos VIEGAS (UFGD – Dourados/ FUNDECT/CNPq)¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo identificar trabalhos oriundos dos Programas de Pós-Graduação brasileiros que têm como foco pesquisas que tratam da relação público-privada na perspectiva das políticas de formação docente, em especial da formação continuada, a fim de mapear a produção acadêmica a respeito do tema. Nesse sentido, realizou-se um levantamento do tipo estado do conhecimento no Banco de Dissertações e Teses da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com o recorte temporal de 1996 a 2016. O intuito do texto é apresentar um mapeamento das pesquisas no nível de *strictu sensu*, de forma a identificar as demandas e lacunas de estudos de pós-graduação relacionados à temática em tela. Constatou-se um total de 64 pesquisas, sendo 49 de Mestrado e 15 de Doutorado, em diferentes áreas de concentração. A partir deste trabalho é possível inferir que existe uma diversidade de abordagens sob o tema em questão, porém há uma linha agregadora em relação aos conceitos e categorias tomados para análise do fenômeno público-privado. Considera-se, portanto, que este levantamento amplia as possibilidades de compreensão inicial das condições em que esse fenômeno acontece, bem como se manifesta e/ou é produzido e que, fundamentalmente, o contexto real é marcado pelas contradições criadas no interior de uma sociedade, também marcada pela desigualdade.

PALAVRAS-CHAVE: Política Educacional. Relação Público-Privada. Formação Continuada Docente.

¹ Email: proelisregina@hotmail.com. Programação de Pós-Graduação da Faculdade de Educação (PPGEdu) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).



II SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA - NECESSIDADES FORMATIVAS NAS/DAS LICENCIATURAS

Dourados-MS, de 12 a 14 de junho de 2017.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo identificar os temas abordados pelas pesquisas que analisam a relação público-privada no aspecto da formação continuada docente, no campo das políticas educacionais.

O interesse pela temática advém do projeto de pesquisa (doutorado) “A presença de setores privados para a oferta da formação continuada docente em cinco municípios sul-mato-grossenses no período de 2007 a 2015”, tal levantamento tem como intuito buscar pesquisas que se relacionem com a proposta de trabalho delineada e, por meio desta, apontar lacunas, problematizações, limitações, perspectivas teóricas de estudos já existentes.

Nesse sentido, decisões político-legais relativas à formação continuada de professores, podem sinalizar sobre a importância política atribuída a esse setor. O modo como as ações formativas são implementadas em determinados contextos; a maneira como são propostas e colocadas em ação; a sua articulação, ou não, entre si e com políticas mais amplas, oferece indicativos da sua adequação e informa sobre os desdobramentos que poderão trazer.

O cenário em questão

A interação entre setor privado e a área educacional pública por meio de convênios, acordos e parcerias não é fato novo no Brasil. Todavia, vem recebendo novos contornos a partir dos anos de 1990, o que envolve interpretações bastante distintas sobre funções e deveres do Estado.

No contexto brasileiro, essas relações entre o poder público e o setor privado na gestão das políticas estão fundamentadas na Constituição Federal Brasileira (CF/1988). A legislação prevê a descentralização político-administrativa na coordenação e execução dos programas para as esferas estaduais e municipais e, também para entidades beneficentes e da assistência social (Art. 204), ponto



GEPPEF

Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas
Educativas e Formação de Professores



especialmente tratado no Artigo 213, que prevê a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada.

Nesse cenário, o arcabouço político-legal foi difundido notadamente com o documento norteador da reforma política e administrativa do período (1995 a 2002), o Plano Diretor da Reforma do Estado (1995) que indicou como estratégia o incentivo e a substituição da atuação do Estado pelas organizações sociais (PERONI, 2006).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), o texto constitucional do Artigo 213 foi mantido no seu Artigo 77, aspecto corroborado pelo caráter flexível da LDB/1996, que acabou por favorecer o setor privado. Para Luz (2013) o período de 1995 a 2002 foi o momento de definição e estruturação do arcabouço “jurídico-político-institucional” que originou um conjunto de leis com a finalidade de regulamentar as reformas que já vinham sendo delineadas nos governos anteriores, abrangendo a interlocução entre o poder público e setor privado, no sentido de incorporar recursos e dispositivos de favorecimento mercantil no âmbito do sistema educacional público.

Nesse aspecto, a autora considera que a CF/1988 e a LDB/1996 apresentam atitudes de continuidade em relação à política de filantropia promovida pelo poder público nos anos anteriores. Porém, foi com o Plano Diretor (1995) que governo federal impulsionou as ações políticas e legais – Lei do Voluntariado nº 9.608/1998, Lei das Organizações Sociais nº 9.637/1998; Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público nº 9.790/1999 - voltadas para a institucionalização das práticas de parcerias entre o poder público e as organizações do setor privado.

O Brasil atravessa então, a década de 1990 e chega à década seguinte garantindo os mecanismos político-legais que incentivam a participação do setor privado na gestão pública e, criando outros, mesmo com alternância de governo (LUZ, 2013). No período seguinte, particularmente em 2004, foi sancionada a Lei nº



11.079, que instituiu “normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, em todos os âmbitos federativos.

Segue nessa direção, a criação do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, aprovado em 2007, por meio do Decreto nº 6.094, estabelece em uma das suas diretrizes a implantação de parcerias na gestão educacional. O Plano de Metas se institui como indutor das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), este último constitui-se em uma estratégia utilizada para regulamentar o regime de colaboração entre os entes federados e com a participação da comunidade, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação.

Recentemente, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014 com vigência de 2014-2024, indica em uma das suas diretrizes “VIII – o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto” (BRASIL, 2014, p.01). Observa-se que o emprego dos recursos não se restringe à Educação Pública, o que leva a considerar que o setor privado também será contemplado com recursos oriundos do erário público.

Peroni (2006) argumenta que as relações entre os setores público e privado se manifestam tanto pelo estabelecimento de acordos/parcerias para atuação nos sistemas de ensino, como pela realização de ações de execução direta de políticas que seriam de responsabilidade do Estado. A autora apresenta três aspectos que caracterizam essas parcerias: a primeira é o repasse de dinheiro público para o setor privado, seja por meio de parcerias com empresas que deixam de pagar impostos para investir nesses programas – o que implica a menor entrada de verbas vinculadas à educação pública -, seja por intermédio de repasse de recursos do Ministério da Educação (MEC) ou do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para essas instituições; a segunda diz respeito ao conteúdo, isto é, a lógica privada mercantil no sistema público, influenciando tanto a gestão, o currículo das escolas e até a formação de professores; e a terceira é a transparência



(ou não) na aplicação dos recursos, além do controle social que a chamada “sociedade civil” tem sobre esses recursos.

A justificativa da assunção dessas estratégias políticas pelo Estado está na concepção de eficiência das ações demandadas ou como indicada por Oliveira e Souza (2003, p.877) de quase-mercado “[...] compreendido tanto do ponto de vista operativo, quanto conceitual, diferencia-se da alternativa de mercado propriamente dita, podendo, portanto, ser implantada no setor público sob a suposição de induzir melhorias”. O mercado tem nesse contexto o controle dos processos, estabelecendo os instrumentos, os recursos, os conceitos, os direcionamentos a serem empregados na formação de professores, com vista a controlar o trabalho docente e o ambiente escolar.

Essa percepção é corroborada por Tardif e Lessard (2012, p.22), segundo os quais a formação do professor tornou-se “[...] uma ação considerada indispensável ao contexto atual e problemática para as equipes políticas e econômicas”. Cabe destacar então, a necessidade de se investigar essa conjuntura, com o intuito de desconstruir discursos (PERONI, 2006) que são ideológicos e, portanto, compreendidos numa dada história, que, também, não é determinista, mas uma possibilidade que se quer hegemônica.

Metodologia – construção dos eixos temáticos

Como já informado anteriormente, este trabalho busca realizar um levantamento acerca da produção acadêmica oriunda dos programas de pós-graduação brasileiros, em nível de mestrado e doutorado, a partir do Banco de Teses da Capes² e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)³.

Para tanto, selecionou-se inicialmente os descritores a serem utilizados para a coleta de dados, com o intento de identificar o quantitativo de dissertações e teses

² Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: fev. de 2017.

³ Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Advanced>>. Acesso em: mar. de 2017.



que relacionam o público e o privado no aspecto da formação continuada docente no campo das políticas educacionais. Para isso, adota-se como meio de classificação, termos que se aproximam do entendimento do conceito: educação e mercadoria; relação público-privada; público não-estatal; quase mercado educacional; privatização; mercantilização; gerencialismo; Terceira Via; e Terceiro Setor. Para formação continuada docente toma-se também no campo de busca o sinônimo, formação em serviço, sempre relacionando com o campo de pesquisa das políticas públicas/educacionais.

Definidos os descritores, adotou-se a seguinte metodologia de coleta de dados: acesso aos bancos de dados selecionados, sem filtragem temporal; inserção dos descritores; mapeamento dos trabalhos – leitura dos títulos, palavras-chave e resumo; agrupamento dos trabalhos por eixos: “Parcerias público-privadas”, “ONGs, OS e empresas – casos específicos” e “Análise teórica”.

A organização dos eixos temáticos se deu a partir do próprio levantamento e não de forma prévia, pois estes foram se destacando na medida em que as leituras foram sistematizadas. No que tange o recorte temporal, não foi estabelecido um período específico, este foi se revelando de acordo com a identificação dos trabalhos, os quais contemplaram o período de 1996 a 2016.

O quantitativo de trabalhos levantados reuniu um total de 64 pesquisas – 49 dissertações de mestrado e 15 teses de doutorado. As dissertações foram organizadas por região e agrupamento por eixo, destacando apenas pesquisas que se relacionam diretamente com a temática de estudo em tela. Já em relação os trabalhos de doutoramento, a análise foi desenvolvida por instituição, região e eixo, conforme a aproximação dos temas, tendo em vista que são trabalhos que informam maior profundidade teórica e metodológica, o que facilita a identificação da problemática, abrangência, método e outros elementos considerados relevantes.

Dissertações: 2004 a 2016





Do total de 49 dissertações de mestrado identificadas, apenas uma se aproxima da nossa temática de interesse para este estudo. A dissertação destacada é de Prado (2013) intitulada “Formação continuada de professores e a municipalização do ensino: o processo de parceria entre municípios e sistemas privados de ensino no Polo 20 da UNCME-SP”, trabalho orientado por Nidia Nacib Pontuschka pela Universidade de São Paulo (USP).

A pesquisa desenvolvida por Prado (2013) teve como objetivo analisar as ações de formação continuada de professores em municípios que adquiriram materiais apostilados de sistemas de ensino privados. O foco das análises se deu a partir das percepções dos gestores das secretarias municipais de educação e dos professores das redes escolares envolvidas – região do Polo 20 da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do estado de São Paulo (UNCME) e o município de Avaré-SP.

Nesse estudo, Prado partiu das concepções dos agentes de educação das redes municipais públicas, sendo as percepções dos interlocutores interpretadas a partir de um referencial teórico que discute os fenômenos, como: neoliberalismo, autonomia, descentralização e municipalização de ensino, bem como pressupostos teóricos relativos a formação continuada docente.

No que tange ao restante das dissertações verificadas (48), nenhuma outra trata da temática do público-privada relacionada diretamente a política formação continuada docente. Entretanto, seguiu-se com a organização do mapeamento conforme os eixos temáticos levantados: Parcerias público-privadas (23), ONGs, OS e empresas – casos específicos (17) e Análise teórica (8).

As pesquisas enquadradas no eixo “Parcerias público-privadas”, traz em sua maioria estudos que tratam da gestão educacional, especificamente, a gestão escolar pública nas etapas da educação básica, que apresentam como administrador principal empresas e/ou Organizações Sociais (OS), em outros casos,



II SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA - NECESSIDADES FORMATIVAS NAS/DAS LICENCIATURAS

Dourados-MS, de 12 a 14 de junho de 2017.

para o fornecimento exclusivo do sistema de apostilamento a ser adotado pelas redes públicas de ensino.

No eixo “ONGs, OS e empresas – casos específicos” estão as investigações identificadas como “estudos de caso”, que tratam sobre programas e/ou projetos implantados por instituições privadas nas redes escolares públicas, mas que também dizem respeito as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e serviços de voluntariado. Já no eixo “Análise teórica”, os estudos são, em geral, de natureza teórico-bibliográfica e, em última instância documental, abarcando leis, decretos, resoluções, normatizações e documentos, com vistas a relacionar o movimento da globalização, internacionalização e privatização no contexto nacional.

No que se refere às regiões em que foram desenvolvidas as pesquisas em nível de mestrado, 64% concentram-se em Instituições de Ensino Superior (IES) da região Sudeste, 17% na região Nordeste, 15% na região Sul, 4% no Centro-Oeste e apenas 2% na região Norte. A região Sudeste concentra o maior número de programas de pós-graduação (*stricto sensu*) no país, o que pode explicar, em parte, o quantitativo registrado, porém este dado também informa a necessidade de incremento das pesquisas relacionadas ao fenômeno público-privado no campo das políticas em outras regiões.

Teses: 1996 a 2014

Do total de 64 pesquisas mapeadas, 15 trabalhos são de doutorado, porém deste montante não foi possível identificar nenhuma que se debruce, especificamente, sobre a presença de setores privados para a oferta de formação continuada docente, em etapa ou modalidade da educação básica, o que indica uma lacuna, ou seja, existe uma demanda por pesquisa em nível de doutoramento no campo das políticas educacionais que abordem essa relação. Todavia, seguiu-se com o levantamento das teses no sentido de identificar e conhecer as temáticas



GEPPEF

Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas
Educativas e Formação de Professores



II SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA - NECESSIDADES FORMATIVAS NAS/DAS LICENCIATURAS Dourados-MS, de 12 a 14 de junho de 2017.

investigadas, bem como estas se relacionam com o campo de estudo e seus desdobramentos no âmbito político educacional.

No que diz respeito às IES em que foram desenvolvidas as pesquisas de doutorado e suas respectivas regiões, o Sudeste concentra o maior número de trabalhos produzidos 60%, sendo esta região representada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - *campus* de Franca, Araraquara e Marília. As regiões Sul com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Nordeste com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) concentram cada uma 14% do total, decorrente dos trabalhos defendidos. O restante das regiões Norte com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Centro-Oeste com a Universidade Federal de Goiás (UFG) estão próximos de 6%, respectivamente.

A frequência das pesquisas no período observado distribui-se: 1 na década de 1990, 7 nos anos 2000 e, após 2010 mais 7 pesquisas de Doutorado. Este resultado indica um gradativo interesse pela temática tendo em vista a reestruturação do Estado e assunção das parcerias/acordos/convênios como via de prestação dos serviços públicos. Na sequência apresentam-se os eixos elencados na intenção de buscar aproximações de estudo a partir das pesquisas de doutoramento.

Parcerias Público-Privadas: Teses de Doutorado

Neste primeiro eixo identificou-se 7 teses de doutorado produzidas (maior quantitativo), o qual foi sistematizado em âmbitos ou esferas de atuação, como forma de aproximar tema e objeto de pesquisa. Nessa direção, pode-se observar uma grande diversidade de estudos relacionados aos setores públicos e privados – gestão escolar, sistemas de ensino, avaliação, sistema de apostilamento -, abrangendo os âmbitos “estadual” (2), “municipal” (2) e “escolar” (3). Tendo em vista



GEPPEF

Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas
Educaionais e Formação de Professores



o objetivo deste levantamento, optou-se por destacar apenas 2 teses, por tratar de parcerias no âmbito do sistema municipal de ensino público.

A primeira tese é de Comerlatto (2013), orientada por Vera Maria Vidal Peroni e defendida no Programa de Pós-Graduação da UFRGS, intitulada “A gestão da educação no contexto da sociedade capitalista: a parceria público privado”. Essa pesquisa apresenta como objetivo geral a análise das decorrências da lógica do sistema capitalista por meio do Terceiro Setor para a gestão educacional. Para isso toma como campo empírico a observação da parceria do Instituto Ayrton Senna (IAS) com a Rede Municipal de Educação de Joinville-RS. A autora analisa as estratégias gerenciais de gestão educacional, bem como suas consequências para a gestão democrática da educação. O estudo está fundamentado a partir da categoria da contradição, por meio dos eixos de análise: capital/capitalismo, Terceiro Setor/IAS, gestão democrática e gerencialista.

A segunda tese citada é de Belo (2014), orientada por Nelson Cardoso Amaral, defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG), denominada “A lógica do mercado na educação pública municipal – a parceria públicoprivada em Catalão/Goiás”. Objetivou analisar a lógica do mercado educacional no contexto da educação pública municipal, sob a perspectiva das parcerias público-privadas. A parceria investigada foi da Secretaria Municipal de Educação de Catalão-GO com a Editora Positivo, para o fornecimento de materiais didáticos do designado Sistema de Ensino Aprende Brasil. Esse processo viabiliza a expansão de grandes grupos empresariais do setor educacional que encontram novos nichos de exploração econômica, que permitem a apropriação privada do bem público, a continuidade da concentração de capital em grandes empresas do ramo educacional.

Os dois trabalhos tiveram como procedimento a revisão de literatura e análise documental da legislação pertinente, entrevistas semi-estruturadas com os



II SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA - NECESSIDADES FORMATIVAS NAS/DAS LICENCIATURAS Dourados-MS, de 12 a 14 de junho de 2017.

envolvidos na implantação das parcerias, além da aplicação de questionários para suporte e complementação dos dados coletados.

ONGs, OS e Empresas: Teses de Doutorado

Neste segundo eixo localizam-se 4 teses que, grosso modo, poderiam estar contemplados no eixo anterior, porém diferenciam-se por utilizar-se de análise metodológica a partir de “estudos de casos”, decorrentes de pontos de vista diversos – filantropia empresarial, responsabilidade social e assistencialismo. Tendo em vista a aproximação investigativa no campo da “política educacional e público não-estatal”, destaca-se deste eixo apenas uma tese.

Trata-se do trabalho de Lordêlo (2003), orientada por Kátia Siqueira de Freitas, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), intitulada “Publicização da gestão escolar na Bahia: descentralização ou responsabilização do Estado?”.

Tal pesquisa traz como contribuição a discussão do conceito de “publicização”, tendo como objetivo investigar o fenômeno da publicização na gestão escolar. O autor explica que este conceito é um neologismo da administração pública, criado para designar a transferência de competências da esfera pública-estatal para a pública não-estatal, mantida a responsabilidade do Estado no provimento e na gratuidade dos serviços. Lordêlo discute conceitos de: descentralização, relações intergovernamentais, transferência de competências e poderes do nível federal para as esferas subnacionais. O campo empírico foi a Organização Social (OS) gestora da escola profissional de Feira de Santana-BA. O método utilizado é o estudo de caso e, como técnicas de coleta baseadas em documentos, observação e depoimentos recolhidos com os gestores da organização investigada.

Análise Teórica: Teses de Doutorado





Neste eixo foram inseridas 4 teses que consistem em análises teóricas sobre: administração pública, Terceiro Setor, liberalismo, economia política, quase mercado, privatização, globalização, entre outros conceitos. Nesse grupo, foram selecionados dois trabalhos observando quais abordagens são tomadas no sentido da aproximação com objetivo do presente trabalho.

A primeira tese é de Souza L. (2010), orientado por Maria Sylvia Zanella Di Pietro, defendida no Programa de Pós-Graduação da USP, intitulada “Parcerias entre a administração pública e o terceiro setor: sistematização e regulação”. Trata da organização normativa-legal da proposta de regulação do tema das parcerias entre a administração pública e o Terceiro Setor. Tal relação, segundo o autor, é resultado do movimento da “nova” administração pública, que insere o discurso do consenso em seu relacionamento com a sociedade civil e propõe uma administração pública consensual, em que o cidadão é considerado partícipe de decisões de interesse público desde a sua concepção até sua execução e controle.

A segunda e última tese citada é de Souza S. (2010), orientada por Maria Sylvia Simões Bueno, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da UNESP de Marília, denominada “Mecanismos de quase-mercado na educação escolar pública brasileira”. Este trabalho analisa as evidências da presença do quase-mercado na política educacional brasileira por meio da pesquisa documental. A autora apresenta uma análise do surgimento do quasemercado no contexto da gestão pública nos países centrais. Na sequência, examina o movimento de reforma do Estado brasileiro, revelando a emergência do mercado nesse contexto. Discorre sobre a reforma educacional como aspecto da reestruturação maior do Estado, evidenciando a similaridade de objetivos. Por fim, revelam-se as novas articulações entre os setores público e privado.

Considerações iniciais





II SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA - NECESSIDADES FORMATIVAS NAS/DAS LICENCIATURAS

Dourados-MS, de 12 a 14 de junho de 2017.

A partir deste levantamento é possível inferir que existe uma diversidade de abordagens sob o tema em questão, porém há uma linha agregadora em relação aos conceitos e categorias tomadas para análise do fenômeno do público-privado. Conceitos como: liberalismo, neoliberalismo, capital, capitalismo, privatização, fetichismo mercantil, Terceira Via, internacionalização, Estado, educação e política convergem para uma construção conceitual da perspectiva da pesquisa almejada. Já as categorias analíticas de totalidade, contradição, mediação, desenvolvimentismo, coisificação, globalização, descentralização, publicização permitem observar o fenômeno por diferentes ângulos, mas a partir de um movimento em comum. Ao mesmo tempo, conceitos e categorias expressam as relações complexas entre as dimensões econômicas, políticas e sociais, passando pelo mundial, nacional e local.

Nessa conjuntura, a inserção dos setores privados como forma de efetivação das ações educacionais (gestão, avaliação, formação) introduz um novo modo de atuação das organizações da sociedade civil empresarial, no sentido de controle do processo (COMERLATTO, 2013). Como também informado por Belo (2014), é importante entender os pressupostos e as finalidades que estão envoltos nessa modalidade de parceria, que garantem a inserção da lógica do mercado no interior da escola pública, pois eles têm (re) definido a forma de organização curricular, pedagógica e avaliativa no espaço escolar público.

Tais questões são tratadas tendo como pano de fundo o movimento de reestruturação/ressignificação do papel do Estado, que imprime uma nova lógica de minimização em termos de atuação e que, como consequência, redirecionou as políticas públicas, em especial as voltadas para a área social (SOUZA S., 2010).

Torna-se fundamental nesse processo, compreender as contradições concretas e peculiares do processo de desenvolvimento econômico-social do Estado brasileiro, como forma de buscar entender a estratégia político-ideológica subjacente às áreas de educação (FIGUEIREDO, 2005).



GEPPEF

Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas
Eduacionais e Formação de Professores



II SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA - NECESSIDADES FORMATIVAS NAS/DAS LICENCIATURAS

Dourados-MS, de 12 a 14 de junho de 2017.

Considera-se, portanto, que este trabalho amplia as possibilidades de compreensão inicial das condições em que esses fenômenos acontecem, bem como se manifestam e/ou são produzidos e que, fundamentalmente, o contexto real é marcado pelas contradições criadas no interior de uma sociedade, também marcada pela desigualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília: MEC, 2007.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder legislativo, Brasília, DF, 23 de dez 1996. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 9.608**, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.637**, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais e, dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.790**, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e, dá outras providências.

_____. **Lei nº 11.079**, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

_____. Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Poder legislativo. Brasília, 2014.

_____. Ministério do Planejamento. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília: 1995.

BELO, F. F. **A lógica do mercado na educação pública municipal: a parceria público-privada em Catalão/Goiás**. 252f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO: UFG, 2014.



GEPPEF

Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas
Educativas e Formação de Professores



II SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA - NECESSIDADES FORMATIVAS NAS/DAS LICENCIATURAS

Dourados-MS, de 12 a 14 de junho de 2017.

COMERLATTO, L. P. **A gestão democrática da educação no contexto da sociedade capitalista: da coisificação humana à promoção do sujeito histórico-social.** 265f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2013.

FIGUEIREDO, I. M. Z. **Desenvolvimento, globalização e políticas sociais: um exame das determinações contextuais dos projetos de reforma da educação e da saúde brasileira na última década.** 292f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: UNICAMP, 2005.

LORDÉLO, J. A. C. **Publicização da gestão escolar na Bahia: descentralização ou responsabilização do estado?** 157f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA: 2003.

LUZ, L. X. Marco Legal do Público e o Privado na Educação no Contexto Pós-Reforma do Estado. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Orgs.). **Gestão municipal da educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna.** Recife: ANPAE, 2013.

OLIVEIRA, R. P. de; SOUZA, S. Z. L. Políticas de avaliação e quase-mercado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v.23, n. especial, p.873-896, 2003.

PERONI, V. M. V. Conexões entre o público e o privado no financiamento e gestão da escola pública. **Eccos: Revista Científica**, v. 8, p. 111-132, jan./jun., São Paulo, 2006.

PRADO, G. J. **Formação Continuada de professores e a municipalização do ensino: o processo de parceria entre municípios e sistemas privados de ensino do Polo 20 da UNCME-SP.** 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2013.

SOUZA, L. M. de. **Parcerias entre a Administração Pública e o Terceiro Setor: sistematização e regulação.** 288f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo-SP: USP, 2010.

SOUZA, S. C. de. **Mecanismos de quase-mercado na educação escolar pública brasileira.** 149f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília-SP: UNESP, 2010.



GEPPEF

Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas
Educativas e Formação de Professores



II SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO
ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA - NECESSIDADES
FORMATIVAS NAS/DAS LICENCIATURAS

Dourados-MS, de 12 a 14 de junho de 2017.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.



GEPPEF

Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas
Educaionais e Formação de Professores